

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.126 - RJ (2019/0301650-5)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MARILIA DE ABREU QUARESMA LEITAO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : JADER DUQUE DA COSTA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de JADER DUQUE DA COSTA, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, proferido no julgamento da Apelação n. 0062144-75.2018.8.19.0001.

Consta dos autos que o paciente foi condenado em primeiro grau como incurso no art. 157, *caput*, do Código Penal (roubo), às penas de 4 anos e 6 seis meses de reclusão, a ser cumprida inicialmente em regime semiaberto, e ao pagamento de 11 dias-multa.

Irresignada, a defesa apelou perante o Tribunal de origem, o qual negou provimento ao recurso, em acórdão assim ementado (fls. 44/45):

APELAÇÃO. Artigo 157, caput, do Código Penal. Condenação. RECURSO DEFENSIVO. Absolvição, com base em insuficiência probatória. Redução das penas-base ao mínimo legal. Abrandamento do regime prisional.

1. Induvidosas a materialidade e a autoria do crime, devidamente comprovadas pelas peças técnicas acostadas aos autos, além da segura prova oral produzida, especialmente as declarações da vítima, tanto em sede policial, quanto em Juízo, prestadas de forma harmônica, revelando a dinâmica do evento, com riqueza de detalhes, não há amparo à absolvição sob a tese de fragilidade probatória. A jurisprudência é pacífica e consolidada em que, o depoimento da vítima, nos crimes patrimoniais, possui maior relevância, não havendo que se reconhecer mera vingança de sua parte ao apontar seu algoz, mas, apenas, interesse de apresentar o culpado pelo crime.

2. O fato de a vítima ter hesitado em reconhecer o ora acusado em sede judicial, se justifica pelo tempo decorrido entre os fatos e a audiência, não ilidindo a imputação que recai sobre ele. Em sede policial a vítima o reconheceu, sem sombras de dúvidas, como autor do crime. Ademais, os policiais militares, responsáveis pela prisão em flagrante do ora apelante, em seus depoimentos, relataram que ele foi

Superior Tribunal de Justiça

preso em flagrante com a aliança da vítima no dedo.

3. As circunstâncias judiciais do artigo 59, do Código Penal devem ser avaliadas para a fixação da pena-base, já sendo a incidência de apenas uma delas suficiente para dosá-la acima do mínimo. No caso, as penas-base foram erguidas em 6 meses, pelas circunstâncias do crime, que se revelaram acima do normal, uma vez que o acusado forçou o dedo da vítima para retirar-lhe a aliança, além de tê-la privado de sua liberdade, ao obrigá-la a acompanhá-lo até o carro. Sentença devidamente fundamentada, com respeito aos princípios da individualização da pena e da proporcionalidade.

4. O regime semiaberto fixado na sentença não comporta abrandamento, a teor da pena reclusiva finalizada e do artigo 33, §2º, “b” do Código Penal.

RECURSO DESPROVIDO.

No presente *mandamus*, sustenta a Defensoria, em síntese, que devem ser afastada a circunstância judicial desfavorável, deixando de existir fundamento para manutenção do regime mais gravoso.

Requer, em sede liminar e no mérito, a concessão da ordem de *Habeas Corpus*, para que seja “fixado o regime aberto e revista a pena base imposta ao Paciente, a fim de que seja fixada no mínimo legal ou próximo a ele” (fl. 9).

É o relatório.

Decido.

Diante do novel posicionamento jurisprudencial do STF e desta Corte onde não deve ser conhecido o *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, tenho por prudente determinar o processamento do feito somente para verificação da existência de eventual constrangimento ilegal que autorize a concessão da ordem de ofício.

Em uma análise preliminar dos autos, não vislumbro a presença conjunta do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, requisitos necessários para a concessão da medida liminar.

Ademais, a matéria ora ventilada implica o exame da idoneidade e razoabilidade dos fundamentos adotados pelas instâncias ordinárias, providência inviável em análise inicial dos autos. Por se tratar de antecipação meritória, a alegação deve ser analisada pelo douto Colegiado, no momento oportuno e após manifestação do Ministério Público Federal.

Diante do exposto, indefiro a liminar.

Superior Tribunal de Justiça

Solicitem-se informações à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intime-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

